

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busaello

ISBN 978-85-7221-530-5

2025

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Eduardo José da Silva Tomé Marque
Mônica Schmitt
Matheus Leão Godoy*

INTERNACIONALIZAÇÃO COMO BEM PÚBLICO:

DISPUTAS CONTEMPORÂNEAS,
REDES ACADÊMICAS E DESAFIOS
PARA O SERVIÇO SOCIAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-530-5.1

RESUMO:

Este artigo analisa criticamente o papel central da educação no processo de internacionalização do ensino superior e suas implicações para a formação profissional em Serviço Social. Combina contribuições de autores nacionais e internacionais (Knight, Morin, Freire, Altbach, entre outros) com uma leitura crítica do contexto global — mercantilização do saber, redes colaborativas e desiguais condições de participação dos países periféricos. O texto problematiza como as trajetórias históricas do Serviço Social são marcadas por redes transnacionais e conclui defendendo uma internacionalização orientada pela educação pública, democrática e comprometida com justiça social.

Palavras-chave: Internacionalização; Educação; Serviço Social; Redes colaborativas; Mercantilização.

ABSTRACT:

This essay critically examines the centrality of education in the internationalization of higher education and its consequences for Social Work training. Bringing together national and international scholarship (Knight, Morin, Freire, Altbach, etc.), it addresses the commodification of knowledge, asymmetric participation of peripheral countries in global network, and the historical role of transnational exchanges in shaping Social Work. The paper advocates for an internationalization grounded in public, democratic education and social justice.

Keywords: *Internationalization; Education; Social Work; Collaborative networks; Commodification.*

1. INTRODUÇÃO: INTERNACIONALIZAÇÃO E O PROJETO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE

A internacionalização da educação superior consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos eixos estruturantes das políticas universitárias em escala global, ganhando centralidade nos debates sobre qualidade acadêmica, competitividade científica e circulação transnacional de saberes. Embora frequentemente apresentada como uma tendência inexorável decorrente da globalização, sua interpretação exige cuidado analítico: múltiplos autores destacam que a internacionalização não é um processo neutro, mas sim impregnado de disputas epistemológicas, econômicas e políticas (Knight, 2004; Altbach e Knight, 2007; Morosini, 2006). Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como diferentes tradições acadêmicas e campos profissionais — entre eles o Serviço Social — se inserem, resistem ou resignificam essa agenda.

Este artigo tem como objetivo identificar e sintetizar contribuições e críticas relevantes ao debate contemporâneo sobre a internacionalização da educação e, simultaneamente, mapear de que modo redes colaborativas, formais e informais, marcaram a história do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento. A pergunta norteadora que orienta esta reflexão parte de uma hipótese central: a internacionalização só se legitima plenamente quando a educação permanece seu fim primário — isto é, quando contribui para ampliar a formação humana, a produção científica socialmente referenciada e o fortalecimento das instituições públicas — e não quando é reduzida à condição de instrumento de mercado ou plataforma de competitividade econômica.

Essa perspectiva implica reconhecer que, embora o discurso hegemônico sobre internacionalização enfatize seus potenciais

benefícios — ampliação da mobilidade acadêmica, intercâmbios culturais, parcerias científicas e fortalecimento institucional — autores críticos têm demonstrado que tais processos também podem acentuar desigualdades históricas entre países centrais e periféricos, reproduzir assimetrias epistemológicas e subordinar a educação às dinâmicas do capitalismo acadêmico (Altbach, 2015; Robertson, 2012). No contexto latino-americano, essas tensões são ainda mais evidentes diante das restrições de financiamento, das desigualdades estruturais e da necessidade de afirmação de epistemologias situadas, como discutem Morin (2000), Freire (2018) e Iamamoto (1998), ao problematizarem a produção do conhecimento desde as realidades periféricas.

Ao examinar criticamente esses elementos, o presente trabalho articula dois movimentos analíticos complementares. O primeiro consiste em discutir o campo teórico da internacionalização, revisando seus conceitos, finalidades e contradições presentes na literatura especializada. O segundo movimento enfatiza o papel das redes colaborativas na constituição histórica e na expansão contemporânea do Serviço Social, destacando como trocas transnacionais contribuíram para a consolidação curricular, para a circulação de paradigmas teóricos e para a formação de pesquisadores e profissionais.

Ao situar a internacionalização como um espaço de disputa e não como um processo automático, este estudo reafirma a importância de analisar suas implicações políticas, epistemológicas e pedagógicas. Em última instância, defender a educação como finalidade primeira da internacionalização significa reafirmar o caráter público e emancipatório do ensino superior, princípio defendido tanto na literatura internacional quanto nas bases ético-políticas do Serviço Social brasileiro. Trata-se, portanto, de compreender como redes, políticas e instituições podem fortalecer práticas de cooperação acadêmica orientadas por justiça social, solidariedade internacional e produção de conhecimento comprometida com os desafios contemporâneos.

A contribuição original deste trabalho consiste em articular criticamente os debates sobre internacionalização e mercantilização à trajetória das redes colaborativas do Serviço Social, propondo um marco normativo orientado pela educação como bem público.

2. FINALIDADES EDUCACIONAIS E CONFLITOS ESTRUTURAIS NA INTERNACIONALIZAÇÃO

O debate internacional sobre a internacionalização da educação superior consolidou-se a partir dos anos 1990, especialmente em função da crescente interdependência econômica e tecnológica entre os países, da intensificação dos fluxos de mobilidade estudantil e da expansão de redes científicas globais. A literatura clássica — representada por autores como Jane Knight (2004, 2008); Hans de Wit (2014, 2000); Ulrich Teichler e Philip Altbach (2001) — identifica que a internacionalização é impulsionada por múltiplas motivações: políticas (diplomacia acadêmica, soft power, influência geopolítica), econômicas (atração de estudantes pagantes, competição global, prestação de serviços educacionais), acadêmicas (cooperação científica, produção de conhecimento, qualificação institucional) e socioculturais (interculturalidade, compreensão global, cidadania internacional). Apesar dessa variedade de estímulos, há relativa convergência quanto à premissa de que a dimensão internacional deve ser integrada de forma estrutural às funções centrais da universidade — ensino, pesquisa e extensão — e não apenas como atividade periférica ou episódica (Knight, 1999; de Wit, 2002).

Knight (2004; 2020) destaca que a internacionalização não constitui um fim em si mesma, mas um processo orientado para ampliar a qualidade da educação, desenvolver competências globais,

fortalecer capacidades institucionais e promover oportunidades de aprendizagem significativas. Sob essa perspectiva, a finalidade da internacionalização permanece intrinsecamente educativa e formativa, vinculada ao projeto acadêmico e à função social das instituições de ensino superior. Trata-se, portanto, de um conceito que, em sua formulação normativa, aponta para o aprimoramento do direito à educação, para o desenvolvimento humano e para o fortalecimento de sistemas universitários como bens públicos.

Entretanto, a literatura crítica tem mostrado que as finalidades educacionais frequentemente entram em tensão com dinâmicas econômicas e políticas que transformam a internacionalização em estratégia de mercado. Altbach (2015) e Morosini (2006) observam que, sob a influência de agendas neoliberais, a educação superior passou a integrar cadeias globais de valor, sendo tratada como serviço comercial e nicho de expansão econômica. Políticas de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e acordos como o GATS (General Agreement on Trade in Services) favoreceram a circulação transfronteiriça de instituições educacionais, cursos e modalidades de ensino, reforçando a lógica de competição e gerando disputas entre sistemas universitários. Nesse contexto, cresce o fenômeno do *academic capitalism*, que reconfigura prioridades institucionais e desloca a educação para um horizonte mercantilizado, permeado por rankings competitivos, captação de recursos privados e busca por prestígio global.

A internacionalização da educação superior se apresenta como um fenômeno multifacetado, cujas dimensões política, econômica, acadêmica e cultural interagem de forma complexa, demandando uma análise crítica que ultrapasse a mera descrição de programas e indicadores. Esta complexidade exige que as instituições desenvolvam capacidades para negociar em diferentes esferas, conciliando interesses globais com compromissos locais, sem perder de vista o caráter público da educação (Schmitt; Pacheco, 2021, p. 223).

Autores vinculados ao campo da epistemologia crítica e da filosofia da educação ampliam a compreensão sobre as tensões conceituais desse processo. Edgar Morin (2000) e outros pensadores da complexidade defendem que a educação deve preparar para a incerteza, a diversidade e a interdependência global, desenvolvendo nos sujeitos capacidades cognitivas e éticas capazes de enfrentar crises civilizatórias — ambientais, tecnológicas, sociais. Haste e Chopra (2020), alinhados ao debate prospectivo da UNESCO, reforçam que a educação para 2050 deve promover competências colaborativas, pensamento crítico, empatia e responsabilidade planetária, em contraste com modelos tecnicistas centrados apenas na empregabilidade e na produtividade.

Nesse sentido, Paulo Freire acrescenta uma contribuição imprescindível ao enfatizar que a educação é prática de liberdade, espaço de emancipação intelectual e resistência às formas de opressão cultural e epistêmica. A internacionalização, quando orientada por princípios freireanos, deixa de ser mecanismo de reprodução das hegemonias globais e converte-se em oportunidade de construção dialógica do conhecimento, valorização das epistemologias do Sul e afirmação de sujeitos históricos capazes de questionar estruturas de poder.

Assim, o campo teórico sobre internacionalização apresenta um horizonte normativo robusto, comprometido com a formação integral, a expansão do conhecimento e a construção de sociedades mais justas. Contudo, esse horizonte contrasta com práticas educacionais contemporâneas marcadas pela mercantilização, pela competição internacional e pela crescente desigualdade entre sistemas de ensino. A tensão entre finalidades educativas e interesses econômicos constitui, portanto, o núcleo crítico do debate atual, orientando pesquisas que buscam compreender como políticas e instituições podem alinhar a internacionalização às necessidades formativas, sociais e ético-políticas do século XXI.

3. PRESSÕES DE MERCADO E RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS

A mercantilização da educação superior constitui um dos fenômenos mais analisados pelas ciências sociais nas últimas duas décadas, especialmente no âmbito da internacionalização. Esse processo desloca a educação do regime de bem público — vinculada à cidadania, à soberania nacional e ao desenvolvimento social — para o regime de serviço comercial, sujeito às lógicas do mercado global e às pressões competitivas internacionais. Autores como Hans de Wit, Mészáros (2015) e Guerra (2011) enfatizam que esse deslocamento altera profundamente as finalidades e o funcionamento das instituições de ensino superior, que passam a operar segundo critérios de eficiência, produtividade, competitividade e captação de receitas, muitas vezes em detrimento de seus compromissos públicos.

No contexto neoliberal, as universidades deixam de ser compreendidas prioritariamente como espaços de formação integral e passam a ser tratadas como organizações inseridas em cadeias econômicas globais, disputando estudantes, projetos e indicadores de desempenho. Pereira e Guerra observam que o caráter público da educação vai sendo corroído por políticas que promovem privatização indireta, terceirização, autossustentação financeira e dependência de rankings internacionais. Esse movimento não se restringe aos países do Norte Global: órgãos como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pressionam países periféricos a adotarem modelos empresariais de gestão universitária, reforçando a tendência global de reestruturação mercantil.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e instituições multilaterais têm alertado sobre efeitos deletérios desse processo, tais como a perda de soberania dos Estados na formulação de políticas educacionais, a erosão da

capacidade regulatória nacional, a elitização do acesso e o aprofundamento da dependência científica e tecnológica de países do Sul. A expansão transfronteiriça de instituições privadas, a oferta de cursos transnacionais com baixa regulação e a disputa internacional por estudantes pagantes ampliam assimetrias históricas, favorecendo sistemas universitários já consolidados e dificultando a afirmação de epistemologias periféricas. O ensino superior deixa de ser ferramenta de redução de desigualdades e passa a reproduzir, em escala ampliada, a estratificação social global.

Nesse quadro, as motivações econômicas para a internacionalização — como a mobilidade estudantil de caráter comercial, a exportação de serviços educacionais e a competição por prestígio — tendem a suprimir finalidades socioculturais e acadêmicas. Ao privilegiar cursos mais rentáveis, programas em inglês e parcerias voltadas ao retorno financeiro, as instituições podem negligenciar áreas fundamentais para a democracia e para o desenvolvimento social, como ciências humanas, artes e educação. A consequência é a intensificação do fenômeno descrito por autores críticos como “educação pobre para pobres”: sistemas universitários periféricos oferecem formações mais curtas, técnicas e fragmentadas, enquanto centros globais concentram recursos, pesquisa de ponta e formação longa e integral. O resultado é a reprodução das hierarquias globais do conhecimento e o enfraquecimento da capacidade intelectual autônoma dos países periféricos.

4. CIRCULAÇÃO DE SABERES E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A trajetória histórica do Serviço Social evidencia um enraizamento internacional desde suas origens. A constituição profissional na América Latina foi influenciada por experiências europeias e

norte-americanas, mas reconfigurada segundo os desafios locais de desigualdade, pobreza e luta por direitos sociais. Autores como (Iamamoto, 1982, 1998, 2021), (Netto, 2016) e (Abad, Vieira e Morosini, 2018) mostram que a consolidação do Serviço Social brasileiro dependeu de um intenso intercâmbio intelectual, que envolveu desde a circulação de referenciais teóricos marxistas até a participação em congressos internacionais, redes de pesquisa e programas de formação.

De acordo com Schmitt e Sarmento (2023a) a mobilidade internacional das pioneiras do Serviço Social brasileiro¹ evidencia que, desde sua gênese, a constituição da profissão esteve profundamente marcada por fluxos transnacionais de saberes e por uma circulação assimétrica de modelos formativos. Como demonstram os registros históricos de Yasbek (1980) e Ferreira (1977), sobre Odila Cintra Ferreira, Albertina Ramos e Maria Kiehl, as primeiras gerações de assistentes sociais brasileiras buscaram na Europa – especialmente na Bélgica, França, Inglaterra e Suíça – referenciais teóricos e metodológicos que fundamentassem a criação de uma escola nacional, reconhecendo que a improvisação institucional seria incompatível com as exigências de um campo profissional em consolidação. Essa mobilidade formativa não apenas estruturou a primeira Escola de Serviço Social em 1936, mas também inaugurou um padrão de internacionalização baseado na apropriação seletiva de modelos estrangeiros, cuja adaptação à realidade brasileira exigiu constantes traduções culturais e epistemológicas (Schmitt; Sarmento, 2023a). Tais intercâmbios lançaram as bases das primeiras redes internacionais da profissão e revelam que a circulação de saberes sempre desempenhou papel determinante na conformação identitária e acadêmica do Serviço Social no Brasil (Schmitt; Sarmento, 2023a).

1 A mobilidade formativa das pioneiras do Serviço Social brasileiro — especialmente Odila Cintra Ferreira, Albertina Ramos e Maria Kiehl — foi decisiva para a consolidação da primeira Escola de Serviço Social em 1936. Como demonstram Yasbek (1980) e Ferreira (1977), essas viagens à Bélgica, França, Inglaterra e Suíça permitiram a apropriação e posterior adaptação de métodos europeus à realidade nacional, inaugurando um padrão de internacionalização marcado por fluxos assimétricos de saberes e pela necessidade contínua de traduções culturais e epistemológicas.

Para além dos marcos político-institucionais, a internacionalização do Serviço Social se efetiva por meio de redes intelectuais transfronteiriças, entendidas como tramas relacionais que articulam vínculos acadêmicos e afetivos para a produção e difusão de conhecimentos (Schmitt; Sarmiento, 2023b). Como assinala Devés-Valdés (2007), tais redes se constituem a partir de um conjunto de profissionais engajados em tarefas intelectuais que estabelecem laços de confiança recíproca, trocam trabalhos e desenvolvem projetos comuns. Quando esses intercâmbios produzem saberes aplicáveis aos contextos locais e geram impactos transformadores na realidade social, configuram-se como 'teias intelectuais'. Esta perspectiva é fundamental para uma internacionalização crítica na perspectiva Sul-Sul, pois desloca o eixo da mera transferência de modelos para o campo da coautoria epistêmica e da circulação dialógica de saberes, alinhando-se ao projeto ético-político profissional ao fomentar uma inserção internacional antagonônica à lógica mercantil (Schmitt; Sarmiento, 2023b).

No século XX, especialmente a partir dos anos 1960, as redes colaborativas desempenharam papel decisivo na criação de currículos modernos, na disseminação do debate crítico e na articulação entre universidades latino-americanas. A partir dos anos 2000, a intensificação da internacionalização formal — por meio de programas como o Programa CAPES/Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), o Erasmus Mundus, e por meio de redes como a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), a Rede de Investigação e Ação Transnacional (RIAT) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) — ampliou oportunidades de intercâmbio, dupla titulação e cooperação científica. Essas redes, quando regidas por princípios de solidariedade, reciprocidade e reconhecimento da diversidade epistêmica, favorecem uma produção de conhecimento mais plural e conectada às realidades sociais.

Entretanto, a inserção periférica nessas redes é desigual. Embora o Brasil exporte grande número de estudantes e pesquisadores em formação, recebe quantitativamente menos docentes

estrangeiros, sobretudo pesquisadores seniores. A “fuga de cérebros” (brain drain), a escassez de financiamento e as barreiras linguísticas restringem a capacidade das instituições brasileiras de exercer protagonismo em redes globais. Além disso, estruturas assimétricas de governança fazem com que países centrais definam temas, metodologias, revistas e critérios de excelência, orientando a agenda científica internacional.

No caso do Serviço Social, tais assimetrias se somam aos desafios históricos da profissão: defesa da educação pública, enfrentamento da desigualdade social, afirmação de epistemologias críticas e necessidade de fortalecer um projeto ético-político comprometido com direitos sociais. Assim, a internacionalização pode assumir caráter emancipatório apenas quando articulada à tradição crítica da área, reconhecendo desigualdades estruturais e promovendo intercâmbios que valorizem experiências latino-americanas e africanas, historicamente marginalizadas no espaço acadêmico global.

A partir dos desafios indicados por Marques e Schmitt (2021, a), a circulação de saberes no Serviço Social deve ser compreendida como processo profundamente atravessado por disputas epistemológicas que exigem o reconhecimento de perspectivas indígenas, interculturais e antidiscriminatórias na produção do conhecimento profissional. Como enfatizam os autores, a descolonização do Serviço Social implica romper com práticas hegemônicas de matriz ocidental e afirmar um horizonte ético-político fundado na solidariedade, no Ubuntu² e na responsabilidade coletiva pela dignidade humana (Marques, Schmitt, 2021, a).

2 O conceito de **Ubuntu** expressa a filosofia “eu sou porque nós somos”, destacando a interdependência entre pessoas, comunidades e territórios. Na leitura de Marques e Schmitt (2021, a), inspirada em Martinez (2021), o Ubuntu funciona como fundamento ético-político para práticas de Serviço Social ancoradas na solidariedade, no reconhecimento dos saberes indígenas e na responsabilidade coletiva pela dignidade humana. Segundo os autores, essa perspectiva se articula ao movimento contemporâneo de descolonização do Serviço Social, que busca desafiar práticas hegemônicas de matriz ocidental e promover uma atuação multicultural, anti-discriminatória e orientada à justiça social.

Nesse cenário, a sustentabilidade emerge como eixo estruturante para a internacionalização do Serviço Social, pois revela a inseparabilidade entre justiça social, justiça ambiental e direitos humanos na agenda global da profissão. Como destacam Marques e Schmitt (2021, b), a crise socioecológica contemporânea exige que os assistentes sociais incorporem novos conhecimentos intelectuais e culturais, fortalecendo uma abordagem ecossocial capaz de dialogar com múltiplos contextos e promover respostas coletivas diante de riscos globais crescentes. A articulação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável amplia o horizonte da circulação internacional de saberes ao posicionar a profissão na defesa da vida, da equidade e da interdependência entre povos e territórios, reconhecendo que não há futuro comum sem práticas comprometidas com prevenção, solidariedade e cooperação transnacional. Nesse sentido, a sustentabilidade não é apenas um campo temático adicional, mas um princípio orientador da inserção internacional do Serviço Social, convocando a profissão a participar ativamente da construção de sociedades resilientes e ambientalmente responsáveis³ (Marques; Schmitt, 2021, b).

5. DIRETRIZES ÉTICO-POLÍTICAS PARA UMA INTERNACIONALIZAÇÃO SOCIALMENTE REFERENCIADA

Diante das tensões identificadas, consolidar a educação como critério normativo central da internacionalização significa

3 Conforme argumentam Marques e Schmitt (2021, b), a Agenda Global 2020–2030 reforça a necessidade de que o Serviço Social assuma uma abordagem ecossocial ativa, alinhada aos ODS e ao princípio do Ubuntu — entendido como “eu sou porque nós somos” — no enfrentamento da crise socioambiental. Essa orientação exige novos conhecimentos, práticas preventivas, educação crítica e cooperação internacional para promover bem-estar, dignidade humana e sustentabilidade em escala planetária.

reafirmar que qualquer iniciativa transnacional deve ser avaliada por sua capacidade de promover formação humana, justiça social e democratização do conhecimento. Trata-se de um posicionamento ético e político que se opõe à instrumentalização mercantil da universidade e reforça sua responsabilidade pública.

Esse compromisso implica quatro dimensões essenciais. Primeiro, resistir à mercantilização, preservando políticas públicas que garantam financiamento estatal, regulação adequada e defesa da educação como bem comum. Segundo, fortalecer redes colaborativas horizontais, capazes de produzir conhecimento em regime de coautoria, fomentar intercâmbio de saberes entre Sul e Sul e superar relações verticalizadas de dependência. Terceiro, promover currículos que valorizem competências críticas, criatividade, solidariedade, pensamento complexo e cidadania global, como defendem Morin e Freire. E, por fim, instituir mecanismos de cooperação internacional que reduzam assimetrias globais — mobilidade recíproca, fomento à pesquisa local, bolsas para estudantes estrangeiros em países periféricos e participação equitativa em projetos multilaterais.

Longe de ser idealista, essa agenda é viável e já encontra precedentes em políticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em chamadas multilaterais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em iniciativas regionais como a Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e programas de integração acadêmica do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O desafio está em transformá-la em orientação estratégica permanente e não em ação pontual, assegurando que a internacionalização se alinhe ao interesse público e ao compromisso democrático das universidades.

6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E TENDÊNCIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO CRÍTICA

As transformações no campo educacional repercutem diretamente na formação e no exercício profissional do assistente social. A mercantilização tende a produzir currículos fragmentados, voltados para competências utilitárias e desconectados dos fundamentos teórico-críticos da profissão. Além disso, o avanço da lógica empresarial sobre as instituições de ensino e os serviços públicos provoca precarização laboral, intensificação do trabalho e erosão das condições que sustentam práticas profissionais de qualidade (Guerra, 2011); (Dias, 1997); (Boschetti, 2008). O risco é a formação de profissionais tecnicistas, com reduzida capacidade analítica e menor inserção crítica nas políticas sociais.

Por outro lado, quando orientada por princípios democráticos e colaborativos, a internacionalização amplia horizontes teóricos e metodológicos, fortalece a compreensão intercultural, amplia a participação do Serviço Social em redes temáticas globais (como pobreza, migrações, direitos humanos, desigualdades e justiça ambiental) e fomenta práticas inovadoras. A circulação de estudantes e docentes, a participação em eventos internacionais e a possibilidade de experiências comparadas enriquecem o repertório profissional e estimulam uma visão ampliada sobre políticas sociais em diferentes contextos.

O desafio, portanto, consiste em construir institucionalmente formas de internacionalização que reforcem — e nunca comprometam — o projeto ético-político do Serviço Social, sustentado em princípios de justiça social, autonomia, emancipação e defesa de direitos. Para isso, é indispensável que as universidades brasileiras invistam em políticas de internacionalização socialmente referenciadas, garantindo

que estudantes e profissionais tenham acesso não apenas a mobilidade acadêmica, mas também a práticas formativas comprometidas com transformação social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: HORIZONTE PÚBLICO PARA A COOPERAÇÃO ACADÊMICA

A internacionalização da educação só se legitimará se for orientada pela educação enquanto fim — isto é, se promover formação crítica, solidariedade e justiça social. As redes colaborativas representam um potencial significativo para a produção e circulação de conhecimentos, mas operam em um campo tensionado pela mercantilização e por desigualdades estruturais. Para o Serviço Social brasileiro, a internacionalização deve significar ampliação de capacidades acadêmicas e fortalecimento do compromisso com políticas públicas e direitos sociais.

Defende-se uma agenda de internacionalização crítica e responsável: políticas públicas que protejam a educação, mecanismos de cooperação equitativos, ênfase em formação humanística e ética, e apoio a pesquisas que conectem demandas locais a diálogos transnacionais. Só assim a internacionalização cumprirá seu propósito educacional e contribuirá para sociedades mais justas.

Assim, a discussão apresentada neste capítulo adquire relevância global ao evidenciar que a internacionalização da educação superior constitui não apenas um fenômeno acadêmico, mas uma arena estratégica de disputa por projetos societários e modelos de desenvolvimento. Pesquisas futuras podem aprofundar comparações entre diferentes experiências de internacionalização crítica no Sul Global, analisando como redes colaborativas, políticas institucionais e movimentos sociais operam em contextos de crescente

precarização e desigualdade. Nesse sentido, torna-se indispensável que políticas públicas nacionais e regionais consolidem mecanismos duradouros de financiamento, cooperação e regulação democrática que assegurem a educação como bem público e garantam que a internacionalização fortaleça — e não fragilize — o compromisso ético-político com justiça social, equidade e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABAD, Lucas G.; VIEIRA, Mauricio Aires; MOROSINI, Marília C. Redes internacionais de cooperação educacional: processos de internacionalização do ensino superior em contextos emergentes. *In: Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior*, 6, 2018, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFRGS/CE, 2018. p. 303-303.

Altbach, Philip G. and Teichler, Ulrich. Internationalisation and exchanges in a globalized university. **Journal of Studies in International Education**, 5(1), 5-25. 2001.

ALTBACH, Philip G. Globalisation and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado. **Palestra apresentada na Conferência Mundial de Serviço Social**, Salvador, 17 ago. 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/ivanete_boschetti_palestra_2008.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974.

CFESS. **Dados Estatísticos**. Conselho Federal de Serviço Social, 2023. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1913>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Textos Didáticos, 29).

FERREIRA, Odila Cintra. Depoimento concedido a Maria Tereza Roy, 1977. *In: YAZBEK, Maria Carmelita. Origens e institucionalização do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GEOCAPES. **Plataforma Geocapes**. CAPES, 2024. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GUERRA, Yolanda. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em Serviço Social para assentados da reforma agrária. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 21, p. 239-270, jan./jun. 2011.

HASTE, Helen; CHOPRA, Vidur. **Os futuros da educação para a participação em 2050**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374441>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; RAICHELIS, Raquel; BRAVO, Maria Inês S. A pesquisa científica no Serviço Social. In: IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (orgs.). **A história pelo avesso**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 207-218.

IANNI, Octávio. **A polêmica sobre Ciências e Humanidades. Seminários Unicamp "Diversidade na Ciência"**, Campinas, 27-28 mar. 2003.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022: Resumo Técnico**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022>. Acesso em: 15 nov. 2025.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane. An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives. In: KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans (eds.). **Strategies for Internationalization of Higher Education**. Amsterdam: EAIE, 1995. p. 5-32.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. México: Ediciones Era, 1967.

MESTENHAUSER, Josef A. On the hologram of international education. *In*: WILLIAMS, R. D.; LEE, A. (eds.). **Internationalizing Higher Education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015. p. 27-49.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. O Serviço Social Ambiental: compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021, a.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi (org.). **Serviço social nos países de língua portuguesa: interculturalidade e desafios**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, b. 282 p. ISBN 978-65-5939-329-9 (brochura); ISBN 978-65-5939-340-4 (eBook). DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.404.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MOROSINI, Marília. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 1, p. 54-77, 2006.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria L. O. (org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 15-48.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PICCOLO, Ramiro M. D. A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 144-155, jan./jun. 2022.

ROBERTSON, Susan L. Researching global education policy: anglo-american hegemony or global policy field? **Comparative Education**, v. 48, n. 2, p. 1-17, 2012.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; SARMENTO, Helder Boska de Moraes.

Internacionalização do Serviço Social brasileiro: primeiros movimentos.

[S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252365>.

Acesso em: 17 nov. 2025.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; SARMENTO, Helder Boska de Moraes.

Internacionalização do serviço social: contribuições ao debate da profissão.

Argumentum, Vitória, v. 15, n. 2, p. 110-124, maio/ago. 2023b. DOI: [http://10.47456/](http://10.47456/argumentum.v15i2.40481)

argumentum.v15i2.40481. Disponível em: [https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/](https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40481)

view/40481. Acesso em: 17 nov. 2025.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; PACHECO, L. M. D. Um olhar sobre as múltiplas

dimensões da internacionalização. **Revista Literatura em Debate**, [S. l.], v. 15, n. 26,

p. 220-235, 2021. Disponível em: [https://revistas.fw.uri.br/index.php/debate/article/](https://revistas.fw.uri.br/index.php/debate/article/view/4487)

view/4487. Acesso em: 17 nov. 2025.

SLAUGHTER, Sheila; RHODES, Gary. **Academic Capitalism and the New Economy:**

Markets, State, and Higher Education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

UNESCO. **Educação superior:** reforma, mudança e internacionalização. Brasília: UNESCO;

SESU, 2004.

WERTHEIN, Jorge. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. *In*: UNESCO.

Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Brasília: UNESCO; SESU/MEC,

2003. p. 7-20.

WIT, Hans de. **Internationalization of higher education: an institutional perspective.**

Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Wit, Hans de. The different faces and phases of internationalisation of higher education.

In Maldonado-Maldonado, A. and Basset, R.M. (eds.), **The Forefront of International**

Higher Education. A Festschrift in Honor of Philip G. Altbach. Dordrecht: Springer,

89-99. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Origens e institucionalização do Serviço Social.** São

Paulo: Cortez, 1980.

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC - 2009), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Federal em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT) (2021) e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) (2021-2024). Atualmente, é doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (desde 2022) Bolsista do Programa CAPES PRINT - Programa de intercâmbio sanduíche. Bolsista FAPESC 2024-2025. É assistente social no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus de São Miguel do Oeste, e pesquisadora do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social da Universidade Lusíada de Portugal (CLISSIS).

Lattes ID: 8816093910339147.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2734-069X>

E-mail: adrianarschmitt@gmail.com

Eduardo José da Silva Tomé Marques

Doutorado pela Universidade Complutense de Madrid, 2016. PhD | DOCTOR EUROPEU - "CUM LAUDE" (Social Work). Professor da Universidade dos Açores - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UAC), Portugal. Investigador Integrado no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS). Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Embaixador do Pacto Europeu para o Clima da Comissão Europeia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9697-3381>

E-mail: Eduardo.js.marques@uac.pt

Mônica Schmitt

Graduanda de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9722347562666915>

E-mail: monica.schh@gmail.com

Matheus Leão Godoy

Graduando de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7788505751949696>

E-mail: matheuslgodoy@gmail.com